

Entenda como a água da Billings vai reforçar a resiliência hídrica de SP

Rodízio de veículos volta a partir desta quinta-feira (19) em São Paulo

O rodízio de veículos volta a valer, na cidade de São Paulo, nesta quinta-feira (19), após suspensão durante o carnaval e a Quarta-feira de Cinzas.

A restrição de circulação vale para o centro expandido do município, de segunda a sexta-feira, das 7h às 10h e das 17h às 20h.

Eventualmente, a prefeitura suspende a medida em

situações como feriados e greves de trabalhadores dos transportes.

Para cada dia da semana, há restrição conforme a numeração final da placa dos veículos. As segundas-feiras, finais 1 e 2 não podem circular nos horários definidos; as terças-feiras, 3 e 4; quartas-feiras, 5 e 6; quintas-feiras, 7 e 8; e sextas-feiras, 9 e 0. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Alguns vereadores e vereadoras [cristãos e cristãs católicos e protestantes] estão se sentindo ofendidos(as) com uma das mensagens [da escola de samba no Rio que desfilou pró Lula / PT, contra famílias conservadoras]

PREFEITURA (São Paulo)

Agora que assumiu que ficará no cargo de prefeito até o final de 2028, Ricardo Nunes (MDB) segue lamentando um outro fato: a ficada da escola de samba Mancha Verde [do seu Palmeiras] na série B do carnaval paulistano

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Alguns deputados e deputadas [cristãos e cristãs católicos e protestantes] estão se sentindo ofendidos(as) com uma das mensagens [da escola de samba no Rio que desfilou pró Lula / PT, contra famílias conservadoras]

GOVERNO (São Paulo)

O ex-governador Alckmin (então no PSDB) apareceu ao lado do Lula [carnaval 2026 no Rio] enquanto vice-presidente do antigo adversário. Acontece que não pode ser demitido do cargo ao qual foi eleito em 2022

CONGRESSO (Brasil)

Alguns deputados(as) e senadores(as) - cristãos e cristãs católicos e protestantes - estão ofendidos(as) com uma das mensagens [da escola de samba no Rio que desfilou pró Lula / PT, contra famílias conservadoras]

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula já tem levantamento que demonstra perda de votos [por reeleição 2026] não só de cristãos pré e pós-protestantes [erradamente chamados evangélicos]. O católico e vice-presidente Alckmin diz que vai tentar relativizar

JUSTIÇAS (Brasil)

Além de todas as reformas que a maioria do povo [eleitorado ou não] espera, uma delas é que haja também no Tribunal Superior Eleitoral um código de ética [comportamento], assim como no Supremo e até na imprensa

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Meu Deus e meu Rei, eu anunciarei a tua grandeza e sempre serei grato a ti. Todos os dias te darei graças e sempre te louvarei" Salmos 115.1-2

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Considerada uma das estratégias mais importantes do Plano de Segurança Hídrica do Estado de São Paulo para acelerar a resiliência hídrica, a interligação Billings-Alto Tietê teve início em janeiro e deve ser entregue à população em 2027.

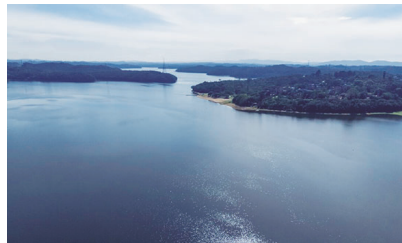
A obra permitirá a captação de até 4 mil litros de água bruta por segundo no braço do Rio Pequeno, na represa Billings, em São Bernardo. A água será bombeada para a represa Taiaçupeba, fortalecendo o Sistema Integrado Metropolitano, que abastece a Grande São Paulo e beneficia cerca de 22 milhões de pessoas. O investimento é de R\$ 1,4 bilhão.

Com isso, a represa Billings, cuja captação para abastecimento era pequena, passa a ter papel fundamental nos planos de resiliência hídrica do Governo de São Paulo. Isso porque a represa Billings, sozinha, tem capacidade de armazenar mais água que todas as represas do Sistema Cantareira (são cinco), somadas.

A capacidade total de armazenamento de água da Billings chega a 1,13 trilhão de litros, enquanto as represas de Jaguari, Jacaré, Cachoeira, Atibaína e Paiva Castro, que compõem o Sistema Cantareira, possuem, juntas, um total de 982 bilhões de litros de capacidade, segundo dados da Sabesp.

Mais chuvas

Em função das mudanças cli-



Capacidade total de armazenamento de água da Billings chega a 1,13 trilhão de litros

máticas, as chuvas, que já estão muito abaixo das médias históricas, tendem a se tornar cada vez mais irregulares e pulverizadas.

Esse é outro ponto que torna estratégica a captação de água na Billings. Por estar próxima à Serra do Mar, ela recebe mais chuvas do que as represas do Cantareira, que estão no Alto Tietê, em locais diversos e conectadas por túneis subterrâneos. Outro ponto importante é que a Billings está em um só plano e tem mais de 100 km de extensão, aumentando a probabilidade de captação de chuvas pluviais.

A proximidade do manancial com a Capital também é um fator determinante, já que a represa está nos limites da cidade, com pouco desnível topográfico em relação a outras fontes, e por isso

o gasto com obras e custo de energia para o bombeamento dessa água é muito menor do que quando retirada de regiões distantes da Grande São Paulo.

"A ampliação da captação da represa Billings vai fortalecer o Sistema Integrado Metropolitano e garantir segurança de abastecimento para todas as famílias que vivem na Grande São Paulo. A interligação com o Alto Tietê é mais um passo nesse projeto de segurança hídrica formulado pelo Governo de SP, em parceria com a Sabesp", disse a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de SP, Natália Resende.

Escassez de água

A Região Metropolitana de São Paulo enfrenta uma situação hídrica historicamente desafi-

dora. De acordo com a Sabesp, a disponibilidade de água per capita local é extremamente baixa - em torno de 143m³/s por habitante ao ano, comparável a regiões semiáridas e muito abaixo do recomendado internacionalmente. Esse quadro se deve à grande concentração populacional e à limitada oferta natural de água na bacia.

Em 2025, a região atravessou uma das piores estiagens em 10 anos, com índices de chuva entre 40% e 70% abaixo da média e vazões afluentes drasticamente reduzidas. Os efeitos das mudanças climáticas já são evidentes: chuvas cada vez mais irregulares, ondas de calor mais frequentes e demanda elevada agravam a escassez hídrica.

Universalização

O Plano de Segurança Hídrica previsto no novo contrato da Sabesp, firmado após o processo de desestatização promovido pelo Governo de São Paulo, prevê o investimento de R\$ 70 bilhões até 2029 para universalizar a oferta de água e esgoto em todo o estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo recebeu em 2025 o maior investimento da história em obras para ampliar o acesso da população à água e esgoto tratado. Foram R\$ 15,2 bilhões aplicados pela Sabesp, valor 120% superior aos R\$ 6,9 bilhões do ano anterior. (Governo de SP)

Acordo Paulista: veja como aderir à renegociação de débitos estaduais inscritos em dívida ativa e quais são as vantagens



O programa foi criado para oferecer ao contribuinte a chance de liquidar ou parcelar dívidas com ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon

O Acordo Paulista é o maior programa de recuperação fiscal do Governo de São Paulo e já viabilizou, nos últimos dois anos, a renegociação de R\$ 58,4 bilhões em débitos inscritos na dívida ativa do Estado.

O programa foi criado para oferecer ao contribuinte a chance de liquidar ou parcelar dívidas com ICMS, IPVA, ITCMD e multas

de investimento para as empresas e dignidade para o cidadão, garantindo que os recursos retornem em serviços públicos de qualidade para toda a população", destaca a Procuradora Geral do Estado de São Paulo, Inês Coimbra.

Adesão

O quarto edital foi lançado em setembro de 2025 e os interessados em aderir ao programa têm prazo até 27 de fevereiro. A inscrição para participar do programa deve ser feita somente pela Internet, no site www.acordopaulista.sp.gov.br até o dia 27 de fevereiro.

Desde seu lançamento, em 2024, mais de 60 mil contribuintes utilizam o programa para regularizar suas situações fiscais. Somente nesta quarta-feira, o Acordo Paulista registrou mais de 36 mil adesões, negociando para os cofres públicos a soma de R\$ 6,8 bilhões.

"O Acordo Paulista não é apenas uma ferramenta de arrecadação, é uma política de Estado para destravar a economia. Ao recuperarmos R\$ 58 bilhões, estamos devolvendo capacidade

SP na Direção Certa

O Acordo Paulista é uma das frentes do plano São Paulo na Direção Certa, que reúne ações voltadas à modernização da administração pública, à eficiência do gasto e ao fortalecimento dos investimentos. A iniciativa mostra, na prática, como uma gestão pública orientada pela responsabilidade fiscal, inovação e diálogo com o contribuinte é capaz de produzir resultados concretos e sustentáveis.

Com o Acordo Paulista, o Estado de São Paulo reafirma seu compromisso com a gestão fiscal responsável, a promoção da justiça tributária e o incentivo à regularização voluntária de dívidas, sem abrir mão da eficiência, do diálogo com o contribuinte e da transparência. (Governo de SP)

Governo de SP leva imagens reais do Cantareira ao metrô para conscientizar sobre consumo racional de água

As composições da Linha 4-Amarela de metrô ganharam uma visualização personalizada com uma ação imersiva da campanha do Governo de São Paulo para urgência na economia do uso da água. Desde a segunda-feira (16), o trem está envolvido com adesivos para conscientizar milhares de passageiros que usam o sistema todos os dias sobre a gravidade da situação e a necessidade de reduzir o consumo. A iniciativa faz parte da campanha "Gota por gota. Mais do que nunca", lançada neste mês.

As peças trazem imagens reais do reservatório do Cantareira e remetem aos níveis abaixo da média nos reservatórios que abastecem a Grande São Paulo, situação agravada pela seca mais severa dos últimos 10 anos. Os adesivos ficarão dentro dos trens, preenchendo o espaço interno do vagão. A ideia é transportar os passageiros para um cenário real de desabastecimento dos reservatórios e conscientizar sobre a importância da economia de água.

Os adesivos contam com diversas mensagens de conscientização.

"Vivemos a maior seca dos últimos anos. A situação é grave e cada gota importa. Faça sua parte: economize água", diz o texto. Em outro trecho, a campanha também traz informações que ajudam o passageiro a economizar água no dia a dia. Uma delas, por exemplo, indica que trocar a mangueira por vassoura nas atividades de limpeza gera uma economia de até 279 litros de água.

Apesar das fortes chuvas registradas em diversas regiões do estado de São Paulo, os volumes não têm se concentrado nos reservatórios de água. Por isso, o cenário requer medidas urgentes, que envolvem tanto o Governo de São Paulo quanto a população, para evitar o desabastecimento. As telas das estações da Linha 4-Amarela também trazem as mensagens de conscientização.

As primeiras peças desta campanha foram lançadas em TV aberta e canais fechados, emissoras de rádio, mídias digitais e OOH (out of home). No início deste mês e dão continuidade a uma série de campanhas de conscientização que vêm sendo realizadas desde 2024 pelo Governo de SP.



As peças trazem imagens do reservatório do Cantareira e remetem aos níveis abaixo da média

Desde o ano passado, São Paulo conta com um modelo inédito de acompanhamento e gestão integrada dos recursos hídricos para proteção de reservatórios e mananciais. Uma das medidas é a gestão gradual de demanda no período noturno, que já economizou cerca de 83 bilhões de litros de água nos últimos meses. O volume equivale ao consumo mensal de 14 milhões de pessoas.

O Governo de São Paulo tam-

bém está fazendo investimentos inéditos em obras estruturantes e iniciativas tecnológicas para garantir o fornecimento de água. Desde 2023, o maior plano de resiliência e segurança hídrica da história está viabilizando R\$ 25 bilhões em iniciativas integradas para despoluição de rios, prevenção de enchentes, ampliação da oferta de água e obras para reduzir o impacto das mudanças climáticas. (Governo de SP)

Mercado reduz previsão da inflação para 3,95% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – referência oficial da inflação no país – passou de 3,97% para 3,95% em 2026. A estimativa está no boletim Focus da quarta-feira (18), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

Pela sexta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

Em janeiro, a alta dos preços da conta de luz e da gasolina fizeram a inflação oficial do mês

fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado fez o IPCA acumular alta de 4,44% em 2025, dentro da meta do CMN.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida na última reunião, no fim de janeiro.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica caia para 12,25% ao ano até o final de

2026, a mesma previsão do boletim Focus da semana passada. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 9,5% ao ano.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a Taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

Nesta edição do boletim Fo-

cus, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permanece em 1,8%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB), a soma dos bens e serviços produzidos no país) também ficou em 1,8%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025, a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo IBGE como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada para 3 de março.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,50 para o fim deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique nesse mesmo patamar. (Agência Brasil)

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



CRÉDITORURAL

O crédito rural empresarial apresentou desempenho positivo para o período do Plano Safra 2025/2026. Entre julho de 2025 e janeiro de 2026, os recursos contratados somaram R\$ 316,57 bilhões, crescimento de 6% em relação ao mesmo período da safra anterior. Os recursos concedidos, alcançaram R\$ 307,11 bilhões, alta de 3%, segundo dados do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), do Banco Central.

CESTABÁSICA

O valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 24 capitais brasileiras entre dezembro/2025 e janeiro/2026. É o que afirma a Análise Mensal da Pesquisa Nacional de Preço da Cesta Básica de Alimentos divulgada, pela parceria entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Manaus, Palmas e Rio de Janeiro foram as capitais que apresentaram maiores altas do custo do conjunto de alimentos básicos.

MERCOSUL-UE

O avanço do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia no Congresso Nacional reacendeu o debate sobre seus impactos para o agronegócio brasileiro. Parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defenderam, durante reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), no Senado, a aprovação do tratado, mas alertaram que as salvaguardas negociadas com os europeus podem restringir ganhos imediatos e exigir ajustes internos para preservar a competitividade do setor.

TERESA CRISTINA NO COSAG

“Os efeitos da geopolítica mundial no agronegócio brasileiro” foi o tema da reunião de abertura dos trabalhos anuais do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Fiesp. Presidido pela senadora Tereza Cristina. Diante de uma plateia de cerca de 100 participantes, a vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Senado destacou que o Acordo Mercosul-União Europeia, assinado em janeiro de 2026, pode trazer benefícios ao Brasil, embora esteja longe do ideal. Tereza Cristina afirmou que, sob sua presidência, o Cosag seguirá a linha do trabalho desenvolvido por Jacyr Costa, ex-presidente do conselho, mantendo-se como referência da agroindústria nacional.

PLANO SAFRA 2025/2026

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo publicou relatório em que analisa o desempenho do crédito rural no âmbito do Plano Safra 2025/2026, trazendo uma visão detalhada do cenário nacional e do Estado de São Paulo. O documento, elaborado pelo Departamento Econômico da entidade, aponta que o Plano Safra 2025/2026 registrou desembolso de R\$ 205 bilhões no Brasil entre julho de 2025 e janeiro de 2026.

REGULARIZAÇÃO E COZINHAMENTO

O Governo de São Paulo realizou, na cidade de Rosana, a entrega de 166 títulos de regularização fundiária, 51 rurais e 115 urbanos, e a inauguração da primeira unidade do programa Cozinhamento instalada em assentamento rural no Estado. “Hoje o Estado cumpre seu dever ao garantir o direito da terra às famílias. A regularização é a base para que cada produtor possa investir, produzir com tranquilidade e planejar o futuro com estabilidade”, destacou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Geraldo Melo Filho.

FRUTAS DO BRASIL

Com atuação intensa e estratégica na Fruit Logística, maior feira global do setor de frutas frescas, a Abrafrutas, por meio do projeto Frutas do Brasil, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações (ApexBrasil), reforçou o protagonismo da fruticultura nacional no comércio internacional. A fruta é o alimento original da humanidade, fruta faz bem.

TILÁPIA/CEPEA

As cotações da tilápia estão firmes neste início de ano em quase todas as regiões acompanhadas pelo Cepea, exceto no oeste do Paraná. Este cenário e o recuo nos preços da ração, observado nos últimos meses, levaram o poder de compra do produtor a ser o mais alto da série histórica do Cepea (desde julho de 2021) em janeiro/26. (Com informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

AGRO CARTOON

PICAZO

COZINHAMENTO É O PROGRAMA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, GERIDO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO EM PARCERIA COM O FUNDO SOCIAL QUE INSTALA COZINHAS PROFISSIONAIS PARA CAPACITAÇÃO GRATUITA. - EM ROSANA SP, É A PRIMEIRA EM UM ASSENTAMENTO RURAL NO ESTADO



FOTO: REPRODUÇÃO / SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FACEBOOK.COM/MAURICIO.PICAZO

Empresas vão poder abater dívidas se conectarem faculdades à internet

Pelo menos 118 unidades de universidades públicas e institutos federais, com dificuldades de conectividade à internet, poderão ser beneficiadas por uma decisão do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

De forma inédita, os conselheiros da agência aprovaram que empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, e que têm valor de multas somadas no valor de R\$ 29 milhões, possam trocar os valores que devem por garantir conectividade para unidades de aprendizagem que estão em 39 instituições de ensino superior situadas em 72 municí-

pios. As empresas multadas pela Anatel foram a Telefônica, a Claro, a Tim e a Sky.

O conselheiro Octavio Pierantti explicou à Agência Brasil que a decisão da Anatel determina que as prestadoras façam algo em substituição ao pagamento de multa.

“Nesse caso específico, o que foi decidido é que elas devem conectar unidades à internet via rede da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, organização social que oferece estrutura de rede de internet às faculdades)”.

Ele explica que, se as empresas não quiserem cumprir essa

obrigação, elas podem pedir para converter essa obrigação em multa e aí abrem mão de um desconto previsto (5%). O conselheiro da Anatel acrescenta que existem áreas isoladas que estão em campus universitário, mas sem acesso à rede.

“Com essa medida, a Anatel busca proporcionar a conexão também dessas unidades mais afastadas ou desses espaços que, por algum motivo, ainda não estejam participando dessa rede da RNP com internet de alta velocidade e serviços de integração acadêmica”, afirmou Pierantti, que foi autor da proposta aprovada por todos os conselheiros.

participação de homens e mulheres no mercado de trabalho caísse de 20 para 10 pontos percentuais, até 2033 o crescimento do país poderia aumentar meio ponto percentual.

E são elas as responsáveis pela administração do dinheiro que entra em casa. Quase 85% das famílias que recebem o Bolsa Família são chefiadas por mulheres.

Número pode ser maior Octavio Pierantti acrescenta que, além das 118 unidades mapeadas, há menções a outras 226 que podem também precisar de conectividade. O conselheiro diz que não há uma lógica de prioridade regional de implantação dos serviços.

“O critério é de diversidade. A prestadora que aderir poderá selecionar as unidades a partir da lista. A segunda unidade beneficiada terá que ser de uma macro região diferente da primeira. A terceira unidade tem que ser de uma outra macro região”, finalizou. (Agência Brasil)

Bolsa Família não retira mulheres do mercado de trabalho, diz FMI

Um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) constatou que o programa do governo federal Bolsa Família não reduz a participação das mulheres na força de trabalho, a não ser para aquelas com crianças de até seis anos.

Nesse caso, o mercado de trabalho encontra uma menor participação feminina, por conta das responsabilidades em

casa, tarefas domésticas e cuidado com a família.

Ainda de acordo com o estudo, as mulheres gastam em média dez horas a mais por semana no cuidado doméstico não remunerado do que os homens.

O estudo mostra, ainda, que a presença das mulheres na força de trabalho é importante para o crescimento do país. Para se ter uma ideia, se a diferença da

BC decreta liquidação do Banco Pleno, presidido por ex-sócio do Master

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Pleno. Anunciada na quarta-feira (18), em Brasília, a medida inclui nesse regime especial a Pleno Distribuidora Títulos e Valores Mobiliários – integrante do conglomerado prudencial Pleno.

Segundo a autoridade monetária, trata-se de conglomerado de porte pequeno, enquadrado no segmento S4 da regulação prudencial, tendo como instituição líder o Banco Pleno. Este conglomerado detém, de acordo com o BC, 0,04% do ativo total e 0,05% das captações totais do Sistema Financeiro Nacional.

Banco Master

Anteriormente conhecido como Banco Voiter, o Banco Pleno integrava, até meados de 2025, o conglomerado financeiro do Banco Master, do banqueiro Daniel Vorcara, alvo da Operação Compliance Zero.

A operação investiga a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco de Brasília (BRB), banco público ligado ao Governo do Distrito Federal. Segundo as investigações, as fraudes po-

dem chegar a R\$ 17 bilhões.

Pleno

O Banco Pleno é comandado por Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e ex-sócio do Banco Master.

“A liquidação extrajudicial do Banco Pleno e de sua distribuidora foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição, com deterioração da situação de liquidez, bem como por infrações às normas que disciplinam a sua atividade e inobservância das determinações do Banco Central do Brasil”, justificou, em nota, o BC.

Outras medidas podem ser tomadas pela autoridade monetária para apurar as responsabilidades nos termos de suas competências legais. Caso as suspeitas de irregularidades se confirmem, serão adotadas medidas sancionadoras de caráter administrativo e a comunicações às autoridades competentes.

Entre as medidas previstas está a indisponibilidade dos bens de controladores e administradores do conglomerado prudencial Pleno.

Em comunicado ao mercado, o Banco Pleno informou ter uma “base estimada de 160 mil clientes com depósitos elegíveis

ao pagamento da garantia, que somam R\$ 4,9 bilhões”, e que efetuará os pagamentos conforme regulamentado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

“Todos os créditos enquadrados no Regulamento do FGC terão o processo de pagamento iniciado tão logo o levantamento dos dados dos credores seja concluído e disponibilizado”, diz o comunicado.

Acrescenta que mais informações sobre o pagamento da garantia ordinária – limitada a R\$ 250 mil – estão disponíveis no site.

“Solicitamos aos credores que utilizem o Aplicativo FGC, desenvolvido para simplificar o processo de pagamento de garantias, de forma fácil e totalmente online”, indicou o banco, referindo-se ao aplicativo disponibilizado na Apple Store ou no Google Play.

“Em etapa posterior, assim que o FGC receber a relação dos credores do liquidante, será possível realizar a solicitação da garantia, com a identificação do beneficiário e a indicação da conta de sua titularidade, onde o valor da garantia será depositado”, acrescentou.

Por fim, o banco alega que não faz parte do conglomerado Master, o que reconfiguraria li-

Seleção complementar do serviço militar feminino termina nesta sexta

Economistas diminuem previsão da inflação pela sexta semana consecutiva

Os economistas reduziram pela sexta semana consecutiva a previsão para a inflação neste ano.

Os analistas esperam que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) feche 2026 em 3,95%, uma diminuição de 0,02 ponto percentual em relação ao levantamento do boletim Focus da semana passada.

Já as previsões para os próximos três anos foram mantidas em 3,8% (em 2027) e 3,5% (em 2028 e 2029).

Apesar da queda, a perspectiva para a inflação segue distante do centro da meta de 3% estabelecida pelo Banco

Central, com variação de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Os outros principais dados econômicos seguiram inalterados no boletim divulgado na quarta-feira (18). Os especialistas esperam que a Selic termine o ano em 12,25%, em 10,5% no próximo ano e em 10% em 2028.

A expectativa para o dólar persiste em R\$ 5,50 para 2026, enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) deve terminar o ano em 1,8%, de acordo com os analistas.

O boletim Focus é divulgado na segunda-feira, mas foi adiado nesta semana em virtude do Carnaval. (Folhapress)

As mulheres com 18 anos de todo o país que foram selecionadas para o Serviço Militar Inicial Voluntário Feminino 2025 precisam comparecer até sexta-feira (20) para passar pelos procedimentos da seleção complementar.

Cada candidata deve acompanhar o site oficial do alistamento para saber o dia e o local exatos da unidade de uma das três forças armadas em que deve comparecer. O acesso deve ser feito por meio da plataforma Gov.br.

No local, serão avaliados requisitos considerados básicos para a formação militar, por meio

da realização de exames clínicos e entrevistas complementares, bem como análise do preparo físico das candidatas.

Esta é a quarta e última fase antes da entrada oficial das selecionadas na vida militar, processo que é realizado pela segunda vez na história.

Incorporação

Os homens e as mulheres incorporados após o alistamento não terão estabilidade no serviço militar.

Neste ano, a incorporação das militares ocorrerá em dois momentos: de 2 a 6 de março e de

3 a 7 de agosto.

Na Marinha, as militares ingressarão como marinheiro-recruta; já no Exército e na Força Aérea, como soldado, tendo os mesmos direitos e deveres dos homens.

Vagas no serviço militar

Inicialmente, em 2026, são oferecidas às mulheres voluntárias 1.467 vagas, sendo 157 para a Marinha, 1.010 para o Exército e 300 para a Força Aérea.

As oportunidades estão distribuídas em 51 municípios, abrangendo unidades militares

das três Forças em 13 estados, além do Distrito Federal.

Em 2025, cerca de 34 mil mulheres voluntárias se inscreveram para o recrutamento.

O alistamento masculino é obrigatório para quem completa 18 anos. Em 2025, foram 1.029.323 homens alistados.

Historicamente, as mulheres entravam nas Forças Armadas apenas por concursos para sargentos ou oficiais (nível técnico ou superior). Desde 2025, elas podem entrar como recrutas, na base das três forças armadas. (Agência Brasil)

Moraes arquiva investigação contra Zambelli por obstrução e coação



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira (18) o arquivamento de um inquérito aberto para investigar a ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de coação no curso do processo e obstrução de investigação.

A investigação foi aberta em junho do ano passado após Zam-

belli afirmar durante uma entrevista que, após ter fugido do Brasil, pretendia permanecer nos Estados Unidos e pedir asilo político ao governo do presidente Donald Trump.

Ela também declarou que pretendia adotar o "mesmo modus operandi" utilizado pelo ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para a "prática de con-

duitas ilícitas". A apuração foi aberta antes de Zambelli ser presa na Itália.

Na decisão, o ministro acolheu pedido de arquivamento feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR). APGR entendeu que não há provas suficientes para embasar uma denúncia contra a ex-deputada.

"Diante do exposto, acolho a manifestação da Procuradoria-Geral da República e defiro o arquivamento desta investigação", decidiu o ministro.

Fuga

Em julho do ano passado, Zambelli foi presa em Roma, capital da Itália, onde tentava escapar do cumprimento de um mandato de prisão emitido pelo ministro Alexandre de Moraes.

Por ter dupla cidadania, Zambelli deixou o Brasil em busca de asilo político em terras italianas

após ser condenada pelo STF a 10 anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 2023.

De acordo com as investigações, Zambelli foi a autora intelectual da invasão para emissão de um mandato falso de prisão contra Alexandre de Moraes. Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Walter Delgatti, que também foi condenado e confirmou ter realizado o trabalho a mando da parlamentar.

Após a fuga para a Itália, o governo brasileiro solicitou a extradição da deputada para o Brasil.

A decisão final sobre o processo de extradição será tomada durante uma audiência que será realizada pela Justiça italiana nas próximas semanas. (Agência Brasil)

Mudança em atribuições de cargos do INSS gera insatisfação e rejeição de fila maior

Uma mudança na atribuição de cargos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) proposta pelo presidente do órgão, Gilberto Waller Jr., gerou a insatisfação de parte dos servidores e o receio de que a medida possa atrapalhar os esforços de redução da fila de segurados à espera de benefícios.

A minuta de decreto, enviada ao Ministério da Previdência Social, torna as ações de análise de requerimentos, revisões, demandas judiciais, alterações cadastrais e demais tarefas ligadas ao reconhecimento de direitos uma atividade exclusiva dos técnicos do seguro social.

A medida pode impedir a atuação dos analistas do seguro social, carreira minoritária no órgão, mas que tem atuado na avaliação dos pedidos num momento de alta da fila, que chegou a 3,05 milhões em dezembro, segundo os últimos dados divulgados pela Previdência.

No decreto atualmente em vigor, análises de processos e atividades inerentes ao reconhecimento de direitos previdenciários são tarefas comuns às duas carreiras.

A proposta de mudança gerou reação da Anasseg (Associação Nacional dos Analistas do Seguro Social), que solicitou a paralisação imediata da tramitação da minuta de decreto.

"A proposta atual, ao promover a exclusividade das atividades finalísticas ao cargo de técnico, ignora alertas críticos das áreas de gestão e ameaça colapsar o atendimento previdenciário em um momento de filas crescentes", alerta o presidente da entidade, Jorge Og de Vasconcelos Jr., em ofício encaminhado a Waller Jr.

Segundo ele, os analistas são responsáveis por 10,1% dos processos de reconhecimento inicial de direitos concluídos pelo instituto, o equivalente a 60,4 mil análises por mês.

"A simulação do impacto indica que o INSS perderia a capacidade de processar mais de 720 mil benefícios por ano, o que levaria a um represamento insustentável e ao aumento exponencial da judicialização", diz no documento.

Já a CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social) comemorou o andamento da minuta de decreto.

"A iniciativa demonstra um avanço para o encaminhamento da medida, que sempre esteve na pauta de prioridades da confederação", diz a entidade, em nota. Para ela, a mudança representa um passo importante na reestruturação das carreiras.

Nos bastidores, integrantes do INSS veem a pressão dos técnicos como uma forma de fortale-

cer a categoria para a reivindicação de outros pleitos, como a exigência de nível superior para o cargo e valorização salarial.

O MGI (Ministério da Gestão e da Inovação), responsável pela política de pessoal do Executivo federal, não se manifestou até a publicação deste texto.

Hoje, o órgão tem 13.803 técnicos do seguro social, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal do Executivo federal. Trata-se de uma carreira de nível médio, com salários entre R\$ 4.454,71 e R\$ 7.439,42, sem considerar funções ou gratificações. Já a carreira de analista é de nível superior, com remunerações entre R\$ 6.831,11 e R\$ 10.655,50. O INSS tem 3.985 servidores nessa posição.

Procurado, o instituto disse que a proposta de decreto tem como objetivo regulamentar a lei que trata da carreira do seguro social (que engloba tanto os técnicos quanto os analistas).

Uma mudança aprovada em 2025 pelo Congresso Nacional estipulou que a análise dos requerimentos é uma atribuição específica dessa carreira, mas sem delimitar quais cargos poderiam ou não exercer a atividade.

"Historicamente, os analistas do seguro social possuem formação específica para ocupar funções pré-determinadas, porém, devido a uma contratação excepcional no passado de cerca de 700 profissionais sem formação específica, houve um sobremento de atribuições, já que este grupo atua diretamente na análise e concessão de benefícios", diz o INSS, em nota.

"Para garantir o pleno atendimento aos segurados e dar mais certeza aos servidores sobre suas atribuições, a minuta define competências exclusivas para os técnicos, mas estabelece uma regra de transição para os analistas que já realizam essas atividades. Dessa forma, a medida assegura a manutenção da força de trabalho e organiza as funções internas com segurança jurídica, sem risco de interrupção ou represamento dos serviços prestados à sociedade", acrescenta.

Pela minuta de decreto, os analistas ficarão com as atribuições ligadas à contabilidade pública do INSS, à formulação de políticas previdenciárias, ao controle e monitoramento e receitas e à avaliação social em programas de reabilitação profissional.

O Ministério da Previdência Social informou que recebeu a proposta e vai debatê-la no âmbito do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, criado em outubro do ano passado. Os integrantes do colegiado foram nomeados no último dia 22 de janeiro de 2026. (Folhapress)

261 mil pesquisas sobre câncer têm características similares às de artigos fraudulentos

Um total de 261 mil textos científicos sobre câncer que saíram entre 1999 e 2024 contêm características similares a publicações produzidas por fábricas de artigos, de acordo com um novo estudo. Ou seja, podem ter sido feitos de forma fraudulenta. O lado representa 10% dos trabalhos a respeito da doença mantidos no PubMed, que reúne uma grande quantidade de literatura biomédica.

Fábricas de artigos referem-se a empresas que fornecem o serviço de produzir manuscritos fraudulentos e submetê-los a periódicos científicos.

Publicada no periódico BMJ (British Medical Journal) no fim de janeiro deste ano, a nova pesquisa partiu da percepção de que essas fábricas estão expandindo sua atuação. Nos últimos 20 anos, ao menos 400 mil artigos teriam saído dessas fábricas.

"Existem um forte incentivo para a compra de artigos científicos, principalmente na China, onde muitos médicos são obrigados a fazer pesquisas e publicar seus achados, mas eles já trabalham muitas horas. Então, existe um mercado, e as pessoas usam esse serviço", afirma Adriano Barnett, professor da Escola de Saúde Pública e Serviço Social da Universidade de Tecnologia

de Queensland, na Austrália, e um dos autores do novo artigo.

Barnett e seus colegas treinaram um modelo de inteligência artificial para detectar quais pesquisas sobre câncer aparentam ter origem nessas fábricas. Uma das razões do enfoque em câncer é que essa é uma das áreas em que as publicações fraudulentas já estão disseminadas. Outras áreas em que o problema se repete são computação e ciências do esporte, segundo o professor.

O treinamento da máquina se baseou em 4.404 artigos. A meta-deles eram textos retratados ou seja, publicações invalidadas por causa de erros ou fraudes e relacionados a fábricas de artigos. A outra metade reunia artigos legítimos. As publicações também foram utilizadas para medir a acurácia do modelo, que atingiu 91% para sinalizar se um manuscrito tinha características comuns a artigos fraudulentos.

Com o modelo consolidado, os pesquisadores o aplicaram a 2,6 milhões de artigos sobre câncer listados no PubMed. O modelo apontou que em 261.245 deles havia características parecidas com as de artigos retratados.

A China concentrou a maior fatia de textos com essas características, com base na afiliação

do primeiro autor: 36% em relação ao total de textos atribuídos ao país. Em seguida, ficaram Irã (20%) e Arábia Saudita (16%). O Brasil apareceu com 4%.

Barnett diz que ficou chocado com a conclusão. O docente afirma que, ao analisar alguns dos manuscritos apontados pelo modelo como similares a artigos retratados, era nítido que se tratava de publicações fraudulentas. Há chances ainda de existirem artigos que foram desenvolvidos de forma mais sofisticada e, com isso, driblaram o modelo usado no novo estudo.

Essa hipótese é ainda mais factível porque fábricas de manuscritos fraudulentos estão melhorando sua produção e, mais recentemente, buscam publicar esses artigos em revistas científicas de alto impacto.

"Muitas pessoas simplesmente descartavam o problema de publicações vindas de fábricas de artigos e diziam: 'Esses artigos só aparecem em periódicos predatórios ou em revistas de baixa qualidade que eu não leio'. Mas não achamos mais que isso seja verdade. Acreditamos que eles estão sendo publicados em revistas bastante respeitáveis e que as pessoas podem acabar lendo por acaso e pensar que se trata de

pesquisa séria", afirma Barnett.

SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA

Iniciativas para detectar possíveis artigos fraudulentos, como o modelo adotado no novo estudo, ajudam a combater essas publicações. A solução também depende de ações das editoras científicas.

"Há um número enorme de editoras. Milhares. Algumas delas não estão fazendo nada. Outras estão tentando, mas é difícil. Um dos problemas é que a quantidade de artigos científicos está aumentando drasticamente. Então, há mais trabalho para todos: para as editoras, para suas equipes, para os revisores", diz Barnett.

Os próprios pesquisadores também podem mudar suas práticas. Um exemplo é se comprometer a não contratar o serviço de fábricas de artigos.

Além disso, uma possível ação para solucionar o problema é observar a circunstância que propiciou o surgimento de empresas que vendem manuscritos científicos. Para Barnett, esse cenário está relacionado a uma pressão de publicar constantemente artigos científicos, ou seja, diminui a possibilidade de reduzir a procura por fábricas de artigos. (Folhapress)

Dólar e Ibovespa operam em queda na volta do Carnaval

O dólar abriu em queda na quarta-feira (18), com o mercado se ajustando na volta do fim de semana prolongado por Carnaval. A Bolsa também recua, pressionada pela Vale, que amplia as perdas registradas na última sexta-feira (13).

Por volta das 14h05, a moeda americana era negociada em queda de 0,20%, a R\$ 5,218. O Ibovespa, referência do mercado acionário brasileiro, caiu 0,27%, a 185.958 pontos.

No mesmo horário, a Vale recuava 2,64%. Na última quinta-feira (12), a mineradora divulgou que seu lucro caiu 56% em 2025, para R\$ 13,8 bilhões. Segundo a companhia, o resultado reflete aumento de provisões no fim do ano e questões contábeis. No quarto trimestre, a mineradora

teve prejuízo de R\$ 21 bilhões.

Os índices acionários dos Estados Unidos avançavam nesta quarta-feira, com as ações de tecnologia ampliando os ganhos após um período de fraqueza, enquanto investidores aguardam divulgação da ata da última reunião do Federal Reserve (banco central dos Estados Unidos).

A ata da reunião de janeiro em que o banco central manteve sua taxa básica será divulgada às 16h.

Wall Street tem sido abalada neste mês por temores de que ferramentas de inteligência artificial em rápida evolução possam desestabilizar modelos de negócios, provocando vendas em setores que vão de software a transporte rodoviário.

Ações mais amplamente liga-

das à IA e grandes empresas de tecnologia também recuaram recentemente, conforme investidores passaram a exigir evidências mais concretas de que os pesos investimentos na tecnologia estão, de fato, impulsionando receitas e lucros.

"Não vimos realmente uma correção significativa, apenas muita volatilidade diária, o que indica que o mercado está mais em um ponto de inflexão, esperando algum catalisador positivo ou negativo para direcioná-lo", disse Sam Stovall, estrategista-chefe da CFRA.

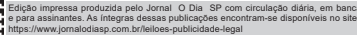
Na sexta, antes do feriado de Carnaval, o dólar avançou 0,57%, cotado a R\$ 5,229, e a Bolsa caiu 0,69%, a 186.464 pontos.

Os investidores repercutiram os dados de inflação dos Esta-

dos Unidos medidos pelo CPI (índice de preços ao consumidor, na sigla em inglês).

"Os mercados operaram mistos na sexta, mas em um tom predominantemente negativo, impulsionado pela reação ao CPI de janeiro nos EUA, que, apesar de benigno, não freou a rotação setorial contra tech e commodities", diz Paula Zogbi, estrategista-chefe da Nomad.

O relatório apontou que os preços ao consumidor subiram 0,2% no mês passado, contra expectativa de 0,3%. Nos 12 meses até janeiro, o CPI teve alta de 2,4%. A desaceleração na taxa de inflação anual, que estava em 2,7% em dezembro, refletiu principalmente a saída do cálculo dos valores mais altos do ano passado. (Folhapress)

[illegible]

Edital de Edital – Prazo de 25 dias. Processo nº 1006267-33.2023.8.20.0000(A) MJJ, julgado de Direito da 3ª Vara Civil do Foro Regional - IVa Presidente, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonini, na forma da Lei nº 9.099/94, com o intuito de promover a conciliação ou a mediação entre as partes envolvidas no conflito que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Colégio Luceo Ltda e Alencar Ltd., alegando, em síntese, que a autora foi contratada para a prestação de serviços educacionais referentes ao ensino infantil do aluno Alan Franco dos Santos, no ano letivo de 2018, porém, não recebeu o pagamento das mensalidades escolares, bem como os valores relativos aos materiais didáticos utilizados durante o período de matrícula. Diante disso, a autora se viu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITACAO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo da presente edital, apresente o seu contraditório, caso contrário, será nomeado um perito judicial, que será nomeado pelo Juiz responsável, sendo o presente edital, por extrato, afiado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

USCUPARIO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73)
JERSE RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na Rua Vitorino Carmilo, 576, lote, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 561.920, em 15/10/2025 o Requerimento feito por **GERALDO NUNES CARNEIRO**, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, RG 59.293.294-1-SSP/SP, CPF/MF nº 087.858.863-50, residente e domiciliado nesta cidade, para a realização de uma **licitação pública**, objetivando a **USCUPARIO EXTRAJUDICIAL DE PREDIO**, situado no endereço **Av. Benjamin Francisco Matiarazzo nº 77, no 19º Subdistrito - Perdizes, objeto da matrícula 72.956**, desta Serventia. Em observância à previso legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425, I do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "v", que diz: "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anulação ao pedido de reconhecimento extrajudicial da uscupação"; e § 2º, do mesmo artigo 16, que diz: "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, a segunda a sexta-feira, no horário das 9h00 às 16h00 horas, a fim de obter informações e apresentar impugnação, sob pena de **USCUPARIO EXTRAJUDICIAL**, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, exped-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo, São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

O Oficial (Jerse Rodrigues da Silva).

[illegible][illegible]

Associação CONVOÇO OS ASSOCIADOS À REUNIÃO GERAL DE CONVOCAÇÃO
EDITEIJA PRESBITERIANA COREANA FINALIDADE DE SÃO PAULO,
CNPJ Nº 07.360/000-03, com sede em finalidades dos assuntos da paróquia.
Finalidade: Reunião dos associados em Assembleia Geral Extraordinária
Da 01.03.2026, às 14h00, em 1ª convocação, com a presença de dois terços dos associados, e às 14h30, em 2ª convocação, com quórum de maioria simples.
Ordem da reunião:
1. Escrutinatório sobre a ação de nomeação de administrador provido.
2. Escrutinatório sobre a validade da carta da Diretoria Eleitoral.
3. Deliberação sobre a declaração de validade da carta da Diretoria Eleitoral.
4. Deliberação sobre a alteração/reforma do estatuto.
5. Deliberação sobre a natureza jurídica da entidade.
6. Eleição e posse dos novos membros da Diretoria Eleitoral.
7. Demais assuntos gerais de interesse.
São Paulo, 18.02.2026.
Secretaria: SEONG GYU KIM, Diretor Administrativo

Interrupção

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os

DIEGO RODRIGUES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/03/1990, MECÂNICO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE MIRIAN MARIA RODRIGUES E **SABRINA AQUINO DOS SANTOS**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 16/12/1988, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE EDSON AQUINO DOS SANTOS E DE LUCIENE REFFERRA DA SILVA SANTOS.

AMUEL NEWTON PEDROSO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 24/09/2004, CONSULTOR DE VENDAS, NATURAL DE ITAPECERICA DA SERRA - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ZIL RONALDO PEDROSO E DE SHIRLEY MARIA DA SILVA PEDROSO; E **KARINE GABRIELLE FERREIRA DA SILVA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 10/04/2004, ASSISTENTE DE MARKETING, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JEFFERSON FERREIRA DA SILVA E DE MARLYN FLAVIA FERREIRA DA SILVA.

Nota: Hora Local: 15:12:25. **IP:** 198.96.151.203. **Assunto:** No Núcleo Civil de Deus, prelo de impressão do Livro Novo Testamento, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658,

DITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXT

[illegible][illegible]

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

10

Lula sanciona, com vetos, reajuste salarial para cargos do Legislativo

Ocupação hoteleira no carnaval supera 99% no Rio de Janeiro

A ocupação hoteleira no carnaval deste ano superou os números de 2025, alcançando média de 99,02% na capital fluminense, superior aos 98,62% do ano passado.

O balanço foi divulgado na quarta-feira (18) pelo Sindicato dos Hotéis e Meios de Hospedagem do Município do Rio de Janeiro (HotéisRIO).

A região com a maior média de ocupação foi a que se estende de Glória a Botafogo, com 99,89%, seguida de Ipanema/Leblon (99,75%), Centro (99,47%), Leme/Copacabana (99,46%) e Barra/Recreio/São Conrado (97,98%).

Segundo análise do presidente do HotéisRIO, Alfredo

Lopes, as ruas ficaram cheias de foliões, que acompanharam os blocos e aproveitaram os dias de sol nas famosas praias da cidade.

"Uma festa tipicamente carioca, com hospitalidade e alegria, que resultou em hotéis cheios e benefícios para o turismo – bares, restaurantes e shoppings – e para toda a cidade", disse Lopes.

Interior fluminense

No mesmo sentido, o balanço final da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ) registrou que a ocupação no interior do estado também foi alta, atingindo 83,89% (Agência Brasil)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou as leis que reajustam os salários e reestruturam as gratificações de servidores do Legislativo.

Lula vetou trechos que previam os chamados penduricalhos, que permitiriam o pagamento acima do teto constitucional, que hoje é de R\$ 46.366,19.

Os textos, aprovados pelo Congresso Nacional, foram publicados no Diário Oficial da União desta quarta-feira (18): leis nº 15.349 (Câmara dos Deputados), nº 15.350 (Senado Federal) e nº 15.351 (Tribunal de Contas da União).

"A sanção parcial mantém recomposição prevista para 2026 e moderniza as carreiras. Foram vetados escalonamentos após o atual mandato, licença compensatória com possibilidade de in-

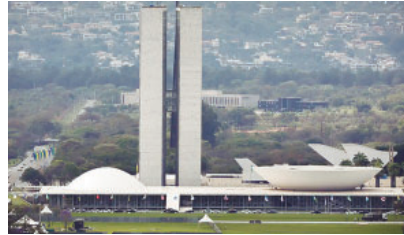


Foto: Jerson Alves/Agência Brasil

denização acima do teto e regras que contrariavam a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal", explicou a presidência da República, em comunicado.

Os chamados penduricalhos, que foram vetados, são os aumentos graduais nos salários de 2027, 2028 e 2029; pagamentos

retroativos de despesas continuadas; e a criação de uma licença compensatória que previa dias de folga que poderiam ser convertidos em dinheiro no caso de atividades extras, como sessões noturnas, auditorias e plantões.

Lula também vetou regras que previam forma de cálculo sem-

tral para aposentadorias e pensões. Foram mantidos os dispositivos que estabelecem a recomposição remuneratória para 2026 nas três carreiras do Legislativo.

Além disso, foi criada uma gratificação de desempenho para os servidores efetivos tanto da Câmara quanto do Senado que vai variar de 40% a 100% sobre o maior vencimento básico. Ela substituiu a gratificação em vigor e está sujeita ao teto constitucional.

No caso do TCU, houve ampliação do número de cargos, elevação dos níveis de funções de confiança e a exigência de nível superior para todos eles. Os cargos efetivos nas três instituições ainda ficam reconhecidos como carreiras típicas de Estado, o que dá mais segurança jurídica a esses servidores. (Agência Brasil)

FGC antecipa até R\$ 1 mil em garantias a clientes do Will Bank

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) vai antecipar o pagamento de até R\$ 1 mil para credores do Will Bank. A medida pode beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas e será feita diretamente pelo aplicativo da instituição bancária.

O valor a ser antecipado corresponde a aproximadamente R\$ 200 milhões e beneficiará correntistas principalmente de baixa renda, o público-alvo da instituição. Além da antecipação, há R\$ 25 milhões de saldos em contas de pagamento, que também serão liberados no aplicativo do Will Bank.

A instituição, que integrava o conglomerado do Banco Master, teve a liquidação decretada pelo Banco Central (BC) em janeiro. Como a consolidação da lista completa de credores ainda não foi finalizada, o Fundo Garantidor de Créditos decidiu antecipar o pagamento para clientes com valores de até R\$ 1 mil cobertos pela garantia.

Quem tem valores acima de R\$ 1 mil ou investiu por meio de plataformas de investimentos deverá aguardar e pedir o ressarcimento pelo aplicativo do próprio FGC, após a conclusão da lista dos credores.

Balanco

O FGC também atualizou o balanço da liberação dos recursos das liquidações do Banco Master, da Master Investimento e do Letsbank. Até o momento,

foram pagos R\$ 37 bilhões em garantias a credores do conglomerado ao qual o Will Bank pertencia, o equivalente a 91% do total previsto. Ainda há cerca de 9% de investidores que não iniciaram o pedido de ressarcimento.

Contas de pagamento

O Will Bank não operava como banco tradicional com conta corrente. A instituição funcionava como financeira e instituição de pagamento, oferecendo contas de pagamento, modalidade em que o saldo do cliente deve ficar depositado numa conta específica no Banco Central.

Nessas contas, o dinheiro não pode ser usado pela instituição para conceder crédito ou realizar outras operações típicas de banco comercial. Parte dos valores aplicados pelos clientes era direcionada automaticamente para Certificados de Depósito Bancário (CDB), que contam com cobertura do FGC até o limite legal de R\$ 250 mil por CPF.

Segundo o BC, os recursos das contas de pagamento ficam separados do patrimônio da instituição, o que garante o ressarcimento aos clientes.

Têm direito à antecipação: Clientes diretos do Will Bank; Com valores elegíveis à garantia do FGC;

Limitados a até R\$ 1 mil.

O limite geral de cobertura do FGC é de até R\$ 250 mil por Cadastro de Pessoas Físicas



Foto: Marcello Casal Jr/ABr

(CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Nessa fase, no entanto, a liberação é restrita ao teto de R\$ 1 mil por cliente.

Passo a passo para pedir o ressarcimento

Acesse o aplicativo do Will Bank onde estará disponível a opção específica para a antecipação do pagamento.

Confirme seus dados cadastrais e o sistema fará a validação das informações pessoais.

Verifique o valor disponível, e após a validação será exibido o valor elegível à cobertura do FGC, limitado a R\$ 1 mil.

Confirme o aceite digital. O pedido é formalizado por meio de confirmação eletrônica dentro do aplicativo.

Transfira o dinheiro. Depois da liberação, o cliente deverá transferir o valor para uma conta de mesma titularidade, para po-

der movimentar o dinheiro.

Atenção a golpes

O FGC e o Will Bank alertam que não fazem contato por telefone, mensagens ou redes sociais para pedir senhas, códigos ou dados pessoais.

Não há intermediários autorizados para "facilitar" ou "antecipar" pagamentos. Em caso de dúvida, o cliente deve buscar apenas os canais oficiais das instituições.

O que é o FGC

O Fundo Garantidor de Créditos é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada em 1995 para proteger depositantes e investidores em caso de quebra de instituições financeiras autorizadas a funcionar no Brasil. A cobertura é de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, respeitados os limites estabelecidos em regulamento. (Agência Brasil)

Exceções ao arcabouço fiscal para custear máquina pública crescem e ameaçam controle de gastos

As exceções ao arcabouço para custeio da máquina pública aumentaram com a decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes de excluir verbas do Ministério Público da União do limite da regra fiscal. O volume crescente de despesas que ficam fora do teto ameaça o controle das contas públicas e colabora para um maior endividamento do país.

A mudança na regra para o Ministério Público, que recebe tratamento isonômico de acordo com a Constituição, veio na esteira de outra determinação do Supremo. Ainda em 2025, a corte autorizou que as receitas obtidas pelo Judiciário para custeio próprio ficassem fora do arcabouço.

A decisão sobre o Judiciário foi atendida após pedido da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) para que o Judiciário recebesse o mesmo tratamento que universidades, escolas militares e institutos científicos e de educação. Desde que o arcabouço foi estabelecido, em 2023, as receitas próprias dessas instituições podem ser usadas para financiar despesas fora da regra fiscal.

Na decisão sobre o MP, Moraes diz que a lei já prevê exceções ao arcabouço, sobretudo quando há recursos provenientes de receitas próprias.

Seria o caso do Ministério Público com receitas de aluguéis, arrendamentos, juros e indenizações por danos causados ao patrimônio público, além de recursos oriundos de convênios ou contratos celebrados pelo órgão destinados ao custeio de suas atividades. Moraes concedeu uma liminar (decisão de caráter urgente e individual), e a deliberação final ainda será submetida ao plenário do Supremo. O mesmo ocorreu na autorização do STF sobre o Judiciário, que permitiu que as receitas recebidas pelos tribunais por contratos, convênios, custas processuais e emolumentos (taxas para serviços prestados por cartórios) pudessem custear gastos fora do arcabouço.

Na ocasião, como mostrou a Folha, a decisão rejeitou argumentos do Congresso e do Executivo de que a limitação das despesas do Judiciário era constitucional e permitia a isonomia.

Além dessas exceções, no fim de 2025 também foi aprovada no Congresso que gastos temporários com saúde e educação financiados com recursos do Fundo Social do Pré-Sal fossem excluídos do arcabouço.

Hoje, o aumento desses gastos segue regras diferentes das definidas no arcabouço, que limita o crescimento real da despesa primária ao máximo de 2,5% do crescimento real da receita primária.

Em vez disso, o governo tem de aplicar, anualmente, 15% da receita corrente líquida em saúde e 18% dos impostos

arrecadados, descontadas as transferências constitucionais, em educação pública.

Esses exemplos de exceções às regras que surgiram desde a aprovação da nova regra fiscal podem se transformar em gastos para custeio da máquina pública, segundo a IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão vinculado ao Senado.

No Orçamento para este ano, R\$ 230 bilhões das despesas ficaram fora do limite do arcabouço fiscal, como mostrou relatório da IFI divulgado no fim de janeiro.

O arcabouço fiscal foi o modelo definido pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para controlar os gastos da União e indicar maior responsabilidade fiscal. A lei limita o crescimento das despesas dos três Poderes a uma fórmula que leva em conta o crescimento das receitas da União mais a inflação.

No entanto, o aumento no volume de despesas excluídas do arcabouço são sintoma da dificuldade do governo em cumprir com a regra, o que leva à proliferação de exceções, de acordo com Alexandre Andrade, diretor da IFI.

"Quando a regra começa a apertar a execução orçamentária e trazer constrangimento, se criam esses subterfúgios para não se alterar a regra. Isso é uma sinalização ruim, porque pode indicar uma ausência de compromisso com a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo", afirma a Folha.

No PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) entregue pelo Executivo em agosto de 2025, as exceções ao arcabouço representavam 6,7% do total de gastos primários previstos, percentual que subiu para 8,2% no texto sancionado, de acordo com o relatório da instituição.

O centro da meta fiscal para este ano é um superávit de 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto), o equivalente a R\$ 34,3 bilhões. Para Andrade, mesmo que o governo consiga cumprir formalmente a meta de resultado primário fixada na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), as despesas que se tornaram excepcionais precisam ser pagas e aparecem no indicador de endividamento.

Com o pagamento dessas despesas excepcionais, pode haver um aumento na dívida bruta em proporção ao PIB, apesar do cumprimento das metas.

O diretor da IFI afirma que é possível que o Executivo corra atrás de aumentar a arrecadação, em um esforço para cumprir o superávit previsto.

"A partir desse Orçamento aprovado, existe também o risco de, já na primeira avaliação bimestral, o governo ter que anunciar alguma contenção de despesas, seja por bloqueio ou por contingenciamento", diz. (Folhapress)

Após decisões contra penduricalhos, beneficiados citam defasagem do teto e extrapolação de Dino

Após decisão contrária aos penduricalhos no STF (Supremo Tribunal Federal) e do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) às verbas indenizatórias para funcionários do Congresso, os servidores que ganham supersalários argumentam que o valor do teto constitucional está defasado e que a ordem do ministro Flávio Dino extrapola a ação que ele julgou.

O presidente Lula vetou parcialmente os projetos de lei que estabelecem reajustes de cerca de 9%, impedindo a criação de uma licença compensatória para quem exerce função comissionada. A regra daria um dia de folga a cada três trabalhados em períodos como feriados, finais de semana e outros dias de descanso. A verba nunca chegou a existir.

A decisão de Lula já era esperada antes de ser anunciada na quarta-feira (18). Alison Souza, presidente do Sindilegis, sindicato que reúne os servidores da Câmara dos Deputados, Senado e Tribunal de Contas da União, fez um encontro com membros das carreiras.

Ele afirmou que a ideia de criar o penduricalho era justamente contornar uma discussão sobre o valor máximo constitucional, hoje em R\$ 46.366.

Segundo Souza, o montante perdeu valor real nos últimos dez anos. "De 2016 a 2025, a inflação acumulada foi de 64,79%. Houve uma recomposição de 37% do valor do teto. Ou seja,

quase 30% abaixo da inflação. Não somos nós que chegamos no teto, é o teto que está sendo achatado. Se o teto fosse recomposto pela inflação, nós nem estaríamos discutindo licença compensatória."

O representante de servidores afirma que é muito difícil discutir o valor do teto constitucional porque um reajuste implicaria aumentos de gastos devido a outras remunerações no serviço público que são uma proporção do teto.

Souza diz que, nos dez últimos anos, as três carreiras que ele representa (servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União) tiveram reajustes abaixo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Ele afirma que, com o veto, deverá haver reação. "Agora, qual medida vamos adotar ainda não sabemos, mas vamos lutar, porque há uma injustiça em condenar a nossa categoria à redução inflacionária."

Após o veto parcial do presidente Lula, o Sindilegis publicou um texto em seu site em que afirma que cerca de 20% dos servidores que representa, entre ativos, aposentados e pensionistas, "já atingiram o limite do teto constitucional, bem como servidores ativos que exercem funções comissionadas e que, em razão dessas funções, também alcançam o teto".

Por fim, Souza diz que a tentativa da categoria dele de criar

uma licença compensatória que implicaria um ganho além do teto foi transparente, porque o tema enfrentou o processo legal e passou pelo crivo de deputados e senadores.

Já a decisão do ministro Flávio Dino a respeito de penduricalhos que existem e beneficiam principalmente juizes e membros do Ministério Público, mas nunca foram regulamentados por lei. No dia 5 de fevereiro, Dino suspendeu os penduricalhos nos três Poderes da República e fixou prazo de 60 dias para que todos os órgãos da administração revisem verbas pagas e suspendam aquelas sem base legal.

O ministro tomou essa decisão com base em uma ação em que os procuradores do município de Praia Grande (SP) pediram que os honorários de sucumbência e que isso fosse integralmente destinado aos membros da carreira. O TJ-SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) recorreu da decisão.

Ele não só negou como mandou interromper todos os outros penduricalhos. Grande parte do argumento do ministro é que já houve diversas decisões do próprio STF dizendo que os supersalários são inconstitucionais.

Um grupo de 11 entidades de carreiras como juizes, defensores públicos, promotores e membros de tribunais de contas entrou como amicus curiae (amigos da corte) no caso dos procuradores de Praia Grande.

O principal argumento deles

é que a ação original "restringia-se à pretensão de cassação da decisão do TJ-SP, nada mais".

Portanto, para eles, Dino definiu os efeitos da reclamação (ou seja, que a medida dele extrapola para todos os poderes e todas as esferas uma decisão).

Além disso, afirma-se também que a emenda constitucional 135 determina que, enquanto não houver lei sobre limites remuneratórios, valem os atos administrativos do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que criam licenças indenizatórias que podem ser convertidas em pagamentos para os membros da Justiça e MP.

Ticiane Natale, servidora do Ministério Público de São Paulo e dirigente do Sindsemp (Sindicato dos Servidores do MP-SP), tem se colocado contra os supersalários.

Segundo a dirigente do sindicato, Dino usou o caso dos procuradores de Praia Grande para dizer que, sem malabarismo jurídico, a Constituição deve ser interpretada para dizer que tudo que ultrapassa o teto deve ser impedido e que foi isso que o ministro fez.

Natale responde ao argumento da emenda que determina que, enquanto não houver lei, valem as decisões do CNJ e CNMP. Ela afirma que "atos administrativos também têm de cumprir o resto da lei, que é a Constituição".